



Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo
Comitê Orçamentário e Gestor de Priorização
do Primeiro Grau de Jurisdição

Portaria TRE-SP nº 218/2019

ATA DA 8ª REUNIÃO - 24 DE FEVEREIRO DE 2021

1. Calendário de reuniões do Comitê em 2021

1ª Reunião	Janeiro/fevereiro	24.02.2021
------------	-------------------	------------

- Portaria TRE n. 218/2019

Art. 12 O calendário de reuniões do Comitê Orçamentário e Gestor de Priorização do Primeiro Grau de Jurisdição deverá ser fixado na primeira reunião de sua composição e poderá ser alterado pela deliberação da maioria de seus integrantes.

Parágrafo único. O calendário a que se refere o caput deste artigo será publicado no sítio eletrônico do Tribunal, na internet, bem como na página do Tribunal na intranet.

Art. 13 Sem prejuízo de convocação extraordinária, o Comitê deverá se reunir, no mínimo, com periodicidade trimestral, observada a disponibilidade orçamentária para custeio de despesas com diárias e deslocamento de seus membros.

§1º As reuniões trimestrais deverão ter suas pautas divulgadas no sítio eletrônico do Tribunal, na internet, bem como na página do Tribunal na intranet, para amplo conhecimento dos magistrados e servidores do 1º Grau da Justiça Eleitoral do Estado de São Paulo.

(…)

2. Definição do calendário de reuniões do Comitê em 2021

2ª Reunião	Após designação de novos Juizes Eleitorais como membros do Comitê	
------------	---	--

3. Apresentação do escopo dos trabalhos da Comissão de Estudos de Reorganização e Eficiência Operacional do Primeiro Grau de Jurisdição

A reunião foi iniciada às 15:00, pelas palavras do Presidente do Comitê Orçamentário e Gestor Dr. Marco Antonio Martin Vargas, saudando os presentes e desejando ótimo 2021; em seguida o Diretor Geral Claucio também saudou os presentes e elencou os temas a serem discutidos na reunião, a saber, Metas 2021, elaboração do Planejamento Estratégico Institucional, projeto de reformulação da Gestão Cartorária, estudos até o segundo semestre, em busca da diminuição dos encargos dos chefes de cartório, estímulo do CNJ no tocante à reestruturação da Gestão Administrativa, validando junto ao CRCE, em segundo momento, a operacionalização das atividades cartorárias.

Dando prosseguimento à reunião, a Assessora Regina destacou a importância da concentração das Zonas Eleitorais do mesmo município funcionarem em mesmo prédio, como já ocorre no município de Campinas, além da equalização da quantidade de servidores nas serventias, a tendência da extinção de postos de atendimento, a assunção da gestão de contratos dos cartórios do interior por parte do TRE, a informatização das rotinas de trabalho, o foco no compartilhamento dos atendimentos em centrais e poupatempos, o estudo das competências das serventias que estão instaladas em certo município e atendem eleitores de outros municípios, como é o caso da 182ª ZE – Presidente Prudente, que atende eleitores de Alvares Machado, Alfredo Marcondes, Anhumas e Santo Expedito, e por fim a centralização de urnas em depósitos, que somente sairiam deste local de armazenamento para serem levadas aos locais de votação.

Em seguida, a chefe da Seção de Apoio às Zonas Eleitorais, Priscilla, discorreu brevemente sobre o tema balcões virtuais de atendimento, referente aos quais o CNJ expediu duas resoluções e divulgou estudos que estão sendo desenvolvidos pela STI, para aperfeiçoar a ferramenta desenvolvida pelo TRE da Bahia para operacionalização da atividade e otimização da qualidade no atendimento ao eleitor. Destaque-se que a ferramenta em questão é mais utilizada em processos, o que neste momento não é o foco principal da Justiça Eleitoral.

Logo em seguida, Claucio fez adendo confirmando que o balcão de atendimento virtual atende melhor partes e advogados, e que é fundamental ampliar a abrangência e a extensão, pois o espectro pode e deve ser ampliado para atendimento a eleitores. A proposta é estender o prazo para estudos, com objetivo de aprimorar o atendimento virtual.

A Dra Ana Letícia se manifestou totalmente favorável à providência e entende que as resoluções do CNJ tentam uniformizar o atendimento ao cidadão nos variados órgãos.

O Dr Emilio demonstrou preocupação sobre a centralização das urnas, sob o aspecto da segurança, frente a possível ataque e/ou atentado, gerando vulnerabilidade e destacou que o aspecto estratégico de segurança é muito mais

importante que o aspecto financeiro, guardadas as seguintes proporções, e continuou sua explanação dizendo que no caso de necessidade de julgamento envolvendo as urnas eletrônicas, as provas podem ser prejudicadas.

O Dr Marco Antonio reforçou que não há como não considerar o aspecto da segurança, que deve ser ressaltado nos grupos de trabalho.

Claucio complementou a discussão sobre o tema, propondo o estudo de modelos que alguns estados utilizam e que podem ser adaptados e aperfeiçoados para utilização em São Paulo, criando talvez polos para concentração de urnas, sempre com pertinência no reestudo e aperfeiçoamento da distribuição e segurança dos equipamentos, evitando assim problemas indesejados.

4. Planejamento Estratégico Institucional 2021-2026

A Assessora Regina iniciou a discussão sobre o Planejamento Estratégico e logo surgiu a discussão sobre os macro desafios, tendo como questão inicial a aplicabilidade nos Regionais.

Os doutores Marco Antonio, Emílio e Guilherme opinaram que esta discussão é mais cabível ser feita pelo TSE, ou seja, na segunda instância. Sendo assim, a Assessora Regina vai propor que esta demanda seja analisada pelo TSE.

Continuando a discussão sobre o assunto, o Dr Guilherme se posicionou dizendo que ao primeiro grau, se aplicará no atendimento a demandas que possam ocorrer.

O Dr Emílio, há 15 anos na Fazenda Pública, destacou a pouca agilidade no julgamento dos processos de improbidade, que infelizmente é um estímulo à impunidade, destacou que o Poder Judiciário precisa atuar mais fortemente neste tópico e desabafou sobre os malabarismos necessários para evitar a prescrição de julgamentos em andamento.

O Dr Marco Antonio comentou que os índices de prescrição “caíram” para o Primeiro Grau, mas durante todo o tempo que passou, esteve em instâncias superiores.

5. Metas 2021

A Assessora Regina destacou a evolução dos resultados obtidos na Meta 1, expôs que conseguimos superar os 100% no atendimento à Meta 2, atingindo 103%, informou que a Meta 4 sofrerá mudanças em sua redação, que na Meta 9, iremos aderir à Agenda 2030 e que na Meta 10, ficou estabelecida a realização de exames periódicos de saúde em 25% dos servidores.

Também teve destaque a discussão sobre as ações de educação eleitoral, muito prejudicadas em 2020, devido à pandemia do novo coronavírus, porém a expectativa é de retomada destas ações em 2021. Foi esclarecido neste momento, que as metas específicas são monitoradas pelo TSE e as metas nacionais são monitoradas pelo CNJ.

Houve neste momento nova manifestação do Dr Marco Antonio, que discorreu sobre a devolução dos requisitados, que está sendo feita de forma que causará enormes prejuízos às serventias eleitorais, principalmente as que tem lotados escreventes do TJ/SP, os quais necessitarão retornar ao órgão de origem em 01/03/21, por ordem do Desembargador Presidente Dr Geraldo, para compor gabinetes de Desembargadores. Sobre este assunto, o Presidente do Comitê

Orçamentário e Gestor, juntamente com o Dr Guilherme Ferreira da Cruz, se manifestaram sobre a extrema necessidade de discussão mais ampla entre o TSE e o TCU, que editou a norma. Resumindo, a parte fraca do “cobertor curto” é a primeira instância.

Enfim, as discussões giraram em torno de medidas capazes de superar desafios complexos, por meio da construção de medidas capazes de melhorar a prestação de serviço da Justiça Eleitoral paulista, tanto ao público externo quanto ao público interno, fazendo com que os trabalhos sejam realizados de maneira mais efetiva.

O Dr Marco Antonio perguntou aos presentes se havia mais alguma questão a tratar e os doutores Guilherme, Emílio e Ana Letícia se manifestaram sobre o término de seus biênios eleitorais, agradeceram o convívio, os aprendizados e se despediram.

Em breves palavras, o Dr Marco Antonio agradeceu a todos e disse que a Justiça Eleitoral se sente elevada com a participação dos colegas.

Nada mais havendo a tratar, o Dr Marco Antonio deliberou pelo aguardo da designação de novos Juízes para participarem do Comitê, possibilitando assim marcar a próxima reunião.

Por fim, o Presidente do Comitê Orçamentário e Gestor agradeceu a todos os membros e encerrou a reunião.

LISTA DE PARTICIPANTES DA REUNIÃO

Dr. Marco Antonio Martin Vargas

Presidente do Comitê Orçamentário e Gestor de Priorização
do Primeiro Grau de Jurisdição e Juiz da 1ª ZE – Bela Vista

Dr. Guilherme Ferreira da Cruz

Juiz da 6ª ZE – Vila Mariana

Dr. Emílio Migliano Neto

Juiz da 2ª ZE – Perdizes

Dra. Ana Letícia Oliveira dos Santos

Juíza da 128ª ZE – São Luís do Paraitinga

Claucio Cristiano Abreu Corrêa

Diretor Geral

Regina Rufino

Assessora Chefe

Carlos Yukio Fujimoto

Secretário de Orçamento e Finanças

Luís Felipe de Oliveira Reis

Assistente - ASSPE

Priscilla Carmo Lima Rico Madureira

Chefe da Seção de Apoio às Zonas Eleitorais

Vivian Ariane Berton de Azevedo

Chefe da 356ª ZE – Sorocaba

Igor Ignácio

Chefe da 26ª ZE – Botucatu

Paulo Eneas Rossi

Chefe da 374ª ZE – Rio Pequeno

ANEXO



Documento assinado eletronicamente por **PAULO ENEAS ROSSI, CHEFE DE CARTÓRIO ELEITORAL**, em 04/03/2021, às 17:34, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **PRISCILLA CARMO LIMA RICO MADUREIRA, TÉCNICO JUDICIÁRIO**, em 04/03/2021, às 18:13, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **EMILIO MIGLIANO NETO, JUIZ ELEITORAL**, em 04/03/2021, às 18:15, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **MARCO ANTONIO MARTIN VARGAS, JUIZ ELEITORAL**, em 04/03/2021, às 18:19, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **GUILHERME FERREIRA DA CRUZ, JUIZ ELEITORAL**, em 04/03/2021, às 19:44, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ANA LETICIA OLIVEIRA DOS SANTOS, JUIZ ELEITORAL**, em 04/03/2021, às 21:24, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **REGINA RUFINO, ASSESSOR-CHEFE**, em 05/03/2021, às 09:54, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **LUÍS FELIPE DE OLIVEIRA REIS, ASSISTENTE**, em 05/03/2021, às 09:57, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **VIVIAN ARIANE BERTON DE AZEVEDO, CHEFE DE CARTÓRIO ELEITORAL**, em 05/03/2021, às 17:55, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **CARLOS YUKIO FUJIMOTO, SECRETÁRIO**, em 08/03/2021, às 14:35, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **IGOR IGNÁCIO, CHEFE DE CARTÓRIO ELEITORAL**, em 08/03/2021, às 14:41, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **CLAUCIO CRISTIANO ABREU CORRÊA, DIRETOR-GERAL**, em 25/03/2021, às 18:58, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tre-sp.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **2654865** e o código CRC **67603FF2**.

